



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

A VILA KENNEDY PELO OLHAR DOS MORADORES:
A (RE) EXISTÊNCIA EM UM TERRITÓRIO PERIFÉRICO

ISABELLE CHRISTINE E SILVA BORGES

Trabalho de conclusão de curso como requisito
obrigatório para obtenção do grau de
bacharel em Serviço Social

A VILA KENNEDY PELO OLHAR DOS MORADORES:
A (RE) EXISTÊNCIA EM UM TERRITÓRIO PERIFÉRICO

ISABELLE CHRISTINE E SILVA BORGES

Prof Joana Garcia (orientadora)

Março de 2022

Agradecimentos

À minha avó materna, Ivone do Carmo e Silva, por sempre acreditar no meu potencial. Pelo amor a mim entregue (in memoriam).

Aos meus pais, por todo apoio, carinho e dedicação. À vocês, toda a minha gratidão.

Aos meus irmãos do coração: Ketelyn Alves, Sarah Braz, Brendon Henrique e Heverton Souza, pelos ensinamentos e por todo carinho durante esses anos de amizade. "O amigo ama em todo o tempo; e para a angústia nasce o irmão." (Provérbios 17:17)

À minha melhor amiga e irmã, Evelyn Marins, agradeço por toda ajuda na correção ortográfica deste trabalho e por todo carinho durante esses anos de amizade.

À Professora Joana Garcia, obrigada por compartilhar seu conhecimento e por ter aceitado ser a orientadora deste trabalho.

Aos Professores da Escola de Serviço Social, em especial as professoras Gracyelle Costa, Lenise Fernandes e Fernanda Kilduff, agradeço pela contribuição à minha formação acadêmica

Às Assistentes sociais do Hospital Clementino Fraga Filho, todo o meu carinho e admiração. Obrigada por todos os ensinamentos.

À todos que participaram das entrevistas, pela colaboração.

AS FAVELAS DO FUTURO (Hilton Nogueira)

Nas favelas do futuro as crianças brincam na rua, sem se quer ser atingida por uma bala perdida.

As mães ficam tranquilas, pois sabem que seus filhos chegarão em casa com vida.

Os jovens estudam nas escolas públicas com os melhores ensino de qualidade.

Emprego de carteira assinada, com todos seus direitos para não precisar passar necessidade.

Polícia naquela favela nem existe mais, por conta da criminalidade que acabou há tempos.

Desigualdade ali não se encontra, todos detém seu lugar na sociedade que tanto lhe foi negado.

Pretos andando com o carro do ano, a roupa da moda, sem olhares estranhos e pensamentos preconceituosos.

Nessa favela se deu a criação por tantas lutas contra um sistema de opressão.

Resumo

O presente Trabalho de Conclusão de Curso busca refletir sobre os processos de segregação socioespacial e exclusão da riqueza socialmente produzida presente no processo de construção da Vila Kennedy, hoje reconhecido como bairro da zona oeste do Rio de Janeiro. Tendo como base a pesquisa bibliográfica e os relatos dos moradores, busca traçar os determinantes que viabilizaram a sua fundação e as decorrências de um processo de ocupação em território periférico. Neste sentido, o presente estudo visa problematizar as políticas higienistas autoritárias, que criaram a divisão centro-periferia, buscando entender quais são suas implicações no cotidiano dos moradores deste território.

Palavras chave: Vila Kennedy. Conjunto Habitacional. Periferia. Remoções. Rio de Janeiro.

Índice

INTRODUÇÃO	7
1. O TERRITÓRIO OLHADO DE PERTO	10
1.1- TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS COMO PAUTA DA AGENDA	11
1.2- MAPEAMENTO BIBLIOGRÁFICO	14
2. CONCEITOS E REFERÊNCIAS HISTÓRICAS	15
3. ESTAÇÃO: VILA KENNEDY	24
3.1- ENTREVISTAS COM MORADORES DA VILA KENNEDY	30
A. DANDARA: CRÍTICA E RESIGNAÇÃO	31
B. POLIANA: A CENTRALIDADE DO MERCADO ILEGAL DE DROGAS	33
C. MILTON: VILA KENNEDY COMO ESTAÇÃO TRANSITÓRIA	36
D. GILBERTO: CONVIVÊNCIA SEM SENTIDO DE COMUNIDADE	38
E. CONCEIÇÃO: CONVIVÊNCIA E RESIGNAÇÃO	39
F. ANDRÉ: "O BAILE É BOM"	41
G. AMANDA: "QUEM QUER, CORRE ATRÁS"	42
H. RENATA: SEGURANÇA NÃO, MAS O RESTO É TRANQUILO	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47
ANEXO	50

Introdução

A Vila Kennedy é um dos bairros integrantes da Zona Oeste do Rio de Janeiro. O conjunto habitacional que deu origem ao bairro foi construído na década de 60 pelo então governador Carlos Lacerda, como uma das inúmeras empreitadas de retirar da zona sul do Rio de Janeiro as populações consideradas “feias, sujas ou malvadas”.

Minha história com a Vila Kennedy é antiga, pelo menos na minha perspectiva: são 25 anos vivendo neste bairro. Minha avó materna comprou a casa onde fui criada em 1981 para morar com o seu companheiro Luís, sua mãe Maria da Conceição e sua filha Isnar, minha mãe. Antes de morar na Vila Kennedy, minha avó viveu alguns anos na comunidade Vila Vintém, em Padre Miguel.

A mudança ocorreu pois a região ficou perigosa e minha avó tinha receio de deixar minha mãe (que na época tinha 15 anos) sob os cuidados da minha bisavó, sozinha em casa em um bairro com constantes confrontos armados. Nessa época minha avó trabalhava em um hospital como cuidadora de idosos na zona sul do Rio de Janeiro, por esse motivo, ela costumava sair de casa cedo e chegar tarde. Na época, seu irmão mais velho recebeu o direito de adquirir essa casa pelo governo, mas resolveu repassá-la.

Anos depois, meus pais construíram a casa onde vivemos hoje, nos fundos da casa de minha avó. Estudei na região até o ensino fundamental, e cursei os 3 anos do ensino médio da escola técnica de Santa Cruz etesc-Faetec. Durante meu primeiro nível de estágio no hospital universitário Clementino Fraga Filho, minha supervisora de campo passou a leitura de um texto como atividade de estágio. O texto apresentava a temática territórios e, durante a nossa discussão, percebi que não tinha conhecimento algum sobre o território onde vivi boa parte da vida. Um sinal vermelho apareceu em minha mente.

Mais que conhecer o espaço geográfico, pude compreender a necessidade de conhecer a história do território, as questões sociais, econômicas e culturais que perpassam a vida daqueles que nele habitam. Para

o Serviço Social, profissão fundamentalmente investigativa e interventiva, a pesquisa científica proporciona ao profissional desvelar a realidade social e construir os saberes necessários para o atendimento das múltiplas demandas que chegam aos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais.

Cristina Kologeski Fraga (2010, p.44) afirma que, " [...] conhecer como a questão social se manifesta no cotidiano dos sujeitos sociais e suas formas de organização e resistência é imprescindível para que se tenham subsídios para construir coletivamente alternativas para o seu enfrentamento". Em outros termos, entender as especificidades de cada território, através da pesquisa científica, é o que permite aos assistentes sociais construir o conhecimento necessário para pensar estratégias e ações que visam melhorar as condições de vida de determinada população, rompendo com a imediatividade.

Na prática profissional, a pesquisa possibilita que as(os) assistentes sociais saiam do senso comum, do que está aparente no cotidiano e tenham uma noção dos nexos sociais que envolvem a vida das(os) usuárias(os)a. No âmbito acadêmico, o conhecimento produzido e construído coletivamente contribui para a aproximação e compreensão das expressões da Questão Social, possibilitando o pensar em estratégias para a redução das desigualdades e para a transformação social. (ARAÚJO et al., 2020, p. 82)

Após o movimento de Reconceituação, o Serviço Social passou por um processo de amadurecimento profissional, modificando sua matriz teórico-metodológica, refletindo seu agir profissional e rompendo com as práticas conservadoras. A partir da sua reaproximação com os movimentos sociais, no período de redemocratização do país, a categoria construiu o projeto ético-político da profissão — projeto este que se compromete com a defesa dos direitos das classes subalternas, buscando uma nova ordem social mais justa e igualitária, sem dominação/exploração de classe, gênero e etnia.

Sendo a questão urbana e as relações sociais objetos de estudo do Serviço Social, suponho ser fundamental para a minha formação profissional analisar seus avanços e limites, as questões que interferem na reprodução social da classe trabalhadora na periferia. Analisar o passado e o presente da Vila Kennedy pode facilitar a construção de novos caminhos para o futuro. Como moradora e futura assistente social acredito que os apontamentos que

busco desenvolver neste trabalho podem trazer à luz questões pertinentes para o território e estimular mudanças coletivas para essa região.

Com base na pesquisa bibliográfica, procuro apresentar com essa monografia a história do conjunto habitacional, sua realidade social atual e os rebatimentos no cotidiano dos moradores. O trabalho buscará articular questões teóricas/conceituais com as vivências reveladas por 8 moradores entrevistados, que foram coletadas através de entrevistas semi-estruturadas. Dada a pluralidade do território e de seus moradores, entendo que esses relatos não podem ser considerados universais, todavia as visões apresentadas sinalizam pontos pertinentes à pesquisa e permitem uma aproximação inicial ao objeto estudado.

As entrevistas ocorreram no período entre 13 de novembro e 2 de dezembro de 2021, nos domicílios dos participantes, respeitando as medidas de proteção. Ainda que todos os relatos sejam referidos a nomes fictícios, por receio de terem suas identidades reveladas, alguns participantes pediram que as entrevistas não fossem gravadas.

Por se tratar de uma temática heterogênea, este trabalho não tem a pretensão de dar conta amplamente de todos os elementos apresentados. Desta forma, busquei explorar nos conceitos e referenciais históricos a evolução do termo periferia, o intuito no qual ele foi utilizado ao longo dos anos e o contexto histórico, social e econômico da criação das cidades na sociedade capitalista. No capítulo "Estação: Vila Kennedy" considerei as estratégias criadas pelo o Estado para a eliminação física e visual dos setores mais pauperizados da população e como estas se reatualizam nos programas habitacionais dos anos 60, fundando o bairro pesquisado. Nas entrevistas, procurei refletir sobre os problemas comunitários e a visão dos moradores entrevistados em relação ao território.

1. O território olhado de perto

Início a análise sobre o tema escolhido para a minha monografia tendo como base um lugar familiar de onde minha pesquisa parte. A Vila Kennedy é o bairro onde cresci e construí minhas relações de afeto, mas foi durante a graduação que comecei a pensar na sua estrutura, o que representa de fato morar em uma periferia. Viver no ambiente da minha pesquisa me traz questões familiares, como conhecer boa parte dos equipamentos públicos, instituições não governamentais e religiosas presentes nesse território, como as formas de poder se apresentam, as condições de vida da população, etc.

Entendo que não é possível enxergar o objeto com neutralidade, porém é necessário esforçar-me para me desvencilhar dos sentimentos, dos preconceitos, da ideia de que todas as camadas do objeto estão reveladas. Como sinaliza Velho: “Não só o grau de familiaridade varia, não é igual a conhecimento, mas pode constituir-se em impedimento se não for relativizado e objeto de reflexão sistemática.” (VELHO, 1978, p.5). Desta forma, entendo que não tenho o domínio dessas informações, levando em conta a pluralidade do território.

Através do exercício proposto, percebo que no núcleo da minha temática existem alguns elementos de familiaridade, para além do pertencimento territorial, como a raça e a classe social, e de estranhamento (exóticos), como o gênero e composição familiar, entre mim e aqueles que são alvo da minha pesquisa, que devo explorar ao longo da minha jornada. Não posso dizer com absoluta convicção que conheço a complexidade das questões que se apresentam na vida dessa população, até mesmo esses elementos expostos como familiar e estranho são fruto da minha vivência, como aponta DaMatta, essa familiaridade “não foi obtida via intelecto, mas via coerção socializadora” (DA MATTA, 1978, p.5). Nesse processo é fundamental unir as experiências com o conhecimento adquirido durante a graduação.

O que aprendi ao longo da graduação em serviço social me possibilita refletir criticamente a realidade social das crianças e adolescentes que vivem nessa região, porém, sem a participação (visão) deles esta pesquisa estará

incompleta. A complexidade e diversidade das relações sociais serão reveladas na forma de pensar e agir de cada indivíduo, durante o contato. Nossas ideias nem sempre serão as mesmas, mas ouvir o outro possibilita ao pesquisador repensar suas concepções.

Velho, em seu estudo, rompe com a ideia de homogeneidade das percepções e hábitos dos grupos sociais observados, “ O fato de dois indivíduos pertencerem à mesma sociedade não significa que estejam mais próximos do que se fossem de sociedades diferentes, porém aproximados por preferência, gostos, idiossincrasias.” (VELHO,1978, p.3). Logo, morar no mesmo local não faz com que essas pessoas tenham os mesmos objetivos e expectativas, tampouco as mesmas oportunidades de materialização. Identificar essas dessemelhanças é fundamental para se ter uma análise mais consistente.

Há outras questões nas quais devo me aprofundar durante esse processo, como: identificar a hierarquização do território, o poder que os grupos religiosos possuem e o que é esse território para os que não fazem parte desse grupo social, aqueles que não possuem vínculos. Tenho em mãos muito mais dúvidas do que respostas, e o mergulho no estranho deve ser o ponto de partida para que parte dessas inquietações sejam respondidas.

1.1- Territórios periféricos como pauta da agenda

A partir dos conceitos apresentados por John Kingdon (1995), procurei analisar em quais temas da agenda governamental meu objeto de pesquisa se articula e sua relevância no debate para construção de políticas públicas. Kingdon (1995) expõe em seu livro que uma proposta tem mais chances de ser mantida na disputa da agenda (das políticas públicas) quando esta satisfaz todos os critérios de elegibilidade, ou seja, “têm mais probabilidade de sobrevivência do que aquelas que não satisfazem esses critérios” (KINGDON, 1995, p.242).

Entendo que a construção da Vila Kennedy como conjunto Habitacional nos anos 60 pode ser compreendida como proposta para a

solução de um problema presente na agenda governamental desse período. Erguida através de recursos norte-americanos do programa aliança para o progresso, sua construção respondeu aos interesses nacionais e internacionais, visto que era relevante para o governo brasileiro remover os moradores das comunidades da área nobre do rio de janeiro, com a finalidade de revitalizá-lá, para áreas mais distantes. Enquanto que para o governo estadunidense investir nos países da américa latina era de fundamental importância no contexto de guerra fria, uma vez que impossibilitava a disseminação dos ideais comunistas nesses países, ampliando sua dominação.

Nos últimos anos, o território se desenvolveu e sua população aumentou, mas esse crescimento não foi revertido em mais investimentos para a região. Na última década, a comunidade foi pensada como modelo para a segurança pública do Rio de Janeiro, com a criação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP - Vila Kennedy). Apesar da retirada do poder varejista de drogas do território, a proposta não vingou já que outras políticas públicas não foram implementadas na comunidade, gerando a retomada do crime organizado. É possível observar o aumento do número de barricadas e de homens armados no território. Em 2021 a Vila Kennedy ocupa o segundo lugar da lista de regiões que registram o maior número de tiroteios, segundo o aplicativo Fogo Cruzado. Kingdon adverte que, mesmo que determinada proposta tenha destaque na agenda, “a sua aprovação também não garante necessariamente a sua implementação de acordo com o previsto na legislação” (KINGDON, 1995, p.221).

Outro exemplo de temática presente na agenda governamental que possui relação com o objeto pesquisado é o déficit educacional, entendido como um elemento fundamental para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Apesar da existência de algumas unidades de educação infantil (creches) no território, o quantitativo é insuficiente comparado ao número de crianças com a faixa etária de 02 a 06 anos. A necessidade de cursos profissionalizantes na região também é pauta do governo. Uma unidade da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) foi construída na região, mas o serviço só foi entregue à população após 2 anos da finalização da obra, em

24/10/2021, levando ao sucateamento do equipamento, demonstrando o descaso com o orçamento público.

O sucateamento do transporte público, que também faz parte da agenda, é um tema pouco explorado na região. Embora o território seja atravessado por uma das maiores via expressa da cidade, o transporte alternativo ganha cada vez mais espaço em detrimento das empresas municipais de transporte coletivo, que não investem na conservação dos ônibus e diminuem a cada ano o número de veículos nas ruas visando o lucro.

Kingdon aponta que “O reconhecimento de problemas é um passo crítico para o estabelecimento de agendas” (KINGDON, 1995, p.228), mas apenas reconhecê-los não garante resoluções. O autor esclarece que a construção de indicadores pode auxiliar no entendimento de que aquela situação é um problema, e assim, uma política pública pode ser oferecida como solução.

Partindo desse pensamento, pode um território sem dados materiais ser foco de políticas públicas? Entendo que isso não seja possível, pois é a partir dos dados que podemos conhecer a realidade social de determinada localidade. Ainda que a comunidade da vila Kennedy seja entendida como bairro (LEI Nº 42/2017), seus dados ainda estão agrupados como sub-bairro de Bangu, o que dificulta pensar propostas de melhorias para a comunidade, o que aponta a relevância (ou não relevância) que esse território tem para o estado.

Pensando nos participantes visíveis e invisíveis (KINGDON, 1995), acredito que a construção de lideranças comunitárias no cenário político viabilize que os problemas da região se tornem relevantes para a agenda municipal, dado que, segundo Kingdon “ o grupo de atores visíveis define a agenda, enquanto o grupo dos atores invisíveis tem maior poder de influência na escolha de alternativas” (KINGDON, 1995, p.230). Desta forma, teremos a possibilidade de criar alternativas e, quem sabe, implementadas.

1.2- Mapeamento bibliográfico

O primeiro termo pesquisado na plataforma Scielo foi “Periferia”, que entendo como local à margem dos centros urbanos, onde geralmente a população de baixa renda habita. A zona oeste, região onde meu objeto de pesquisa (a Vila Kennedy) está inserido, é reconhecida como subúrbio/área periférica do município do Rio de Janeiro. Por essa razão entendo que seja fundamental iniciar a pesquisa com esse termo, buscando a forma na qual esse termo é utilizado nas publicações acadêmicas. A princípio, 763 publicações com a palavra “periferia” foram encontradas na coleção Brasil.

Na pretensão de encontrar artigos com uma escrita atual, realizei o filtro das publicações dos últimos 12 anos (de 2010 a 2021). Outro filtro realizado foi a seleção de produções em português, com o objetivo de dinamizar a pesquisa, selecionando artigos na minha língua materna. Ao final da filtragem foram encontradas 321 publicações, divididas em diversas áreas temáticas. A maioria das publicações são da área das ciências humanas, mais precisamente 172 publicações. Outra área temática com um número alto de publicações é a de ciências da saúde, com 68 publicações.

Durante a pesquisa, pude observar que o termo “periferia” é utilizado para sinalizar um local marcado pelas desigualdades sociais, pela falta de acesso a bens e serviços, pela violência e pela insalubridade. Entendida como oposto de centro urbano, Tiaraju D’Andrea (2020, p. 29) indica que “para uma definição quantitativa de periferia é necessária a existência de dois elementos: um social, denominado pobreza, e um geográfico, denominado distância”. São essas características que fazem um território ser entendido como periférico. Ao selecionar os artigos, busquei dar preferência, de alguma forma, aqueles que tratavam das questões sociais do território e que demonstram como essas questões incidem nos moradores.

2. Conceitos e referências históricas

Segundo Tiaraju D'Andrea (2020,p. 20-21), o termo periferia começou a ser divulgado nas décadas de 1950 e 1960, durante os debates econômicos "que versavam sobre a relação dos países da periferia do capitalismo com as economias centrais". Logo após, a expressão passa a ser utilizada por intelectuais para designar territórios brasileiros caracterizados pela pobreza e distância dos centros urbanos. Somente em 1990, com o apoio do movimento hip-hop, a população dessas áreas negligenciadas se apropriam da palavra periferia e "começando um processo histórico de modificação de seus significados". Os moradores reivindicaram a elaboração de uma narrativa própria, com o intuito de analisar suas vivências sem a mediação de terceiros, resgatando a importância do saber periférico.

O processo histórico engendrado pela população periférica e por seus intelectuais orgânicos visava naquele momento modificar, ampliar ou mesmo construir significados para periferia. O resultado incidia na própria definição de quem era ou o que era a população moradora desses territórios. Todo o processo refletiu na criação de uma consciência periférica, expressa pelo entendimento da ocupação de certa posição urbana, pela compreensão do pertencimento local, entre outras formas de manifestação. (D'ANDREA, 2020, p.23)

Os habitantes das regiões pobres (desprovidas da riqueza, dos bens e serviços socialmente produzidos e desigualmente apropriados), utilizam o termo periferia para denunciar suas condições de vida, apoderando-se daquilo que anteriormente era utilizado para propagar estigmas. Usaremos no presente trabalho de conclusão de curso o conceito periferia para caracterizar o território pesquisado, pois, ao decorrer da monografia, me aprofundarei nas dimensões geográficas, sociais, econômicas e culturais do bairro, através das vivências narradas pelos seus moradores.

Apesar de a Vila Kennedy ser constantemente referenciada como favela (expressão que revela a categoria da ocupação territorial), trata-se de uma área residencial que em suas origens foi projetada pelo governo para reunir construções padronizadas (conjunto habitacional).

Recentemente o território foi reconhecido como bairro do município do Rio de Janeiro, pelo projeto de lei N° 42/2017, de autoria dos vereadores Zico e Dr. Gilberto. O território é composto por vários modelos de construção e algumas edificações irregulares foram criadas ao seu redor (nos seus limites) ao longo dos anos.

Segundo Tiaraju D'Andrea (2020, p.25), em determinado período histórico "periferia também fazia parte dos significados da noção de classe trabalhadora", pois o termo conseguiu reunir territórios diversificados que vivenciavam as mesmas situações sociais. A população que vive na periferia, em sua maioria, é formada pela classe que não detém os meios de produção, visto que "na passagem ao regime histórico dominado pelo capital, os produtores diretos foram, em um processo que não poupou recursos à violência, expropriados de seus meios de produção" (LORENA, 2012, p. 91). Visando sua subsistência, para esta classe resta a venda de sua força de trabalho.

O trabalho no modo de produção capitalista, para além do atendimento das necessidades sociais, é o responsável pela valorização do capital. Elton Rafael Lorena (2012) explica como se dá o modo de produção capitalista e seus impactos nas relações sociais:

Em termos simples, o capitalista efetua a compra de um determinado tempo da força de trabalho (a jornada de trabalho), no qual ele pode utilizá-la e, nessa utilização, o capitalista auferir um valor maior do que ele gastou para realizar a compra, porque, durante a execução de sua atividade, esta força de trabalho, em uma parte do tempo, cria o valor correspondente ao que recebeu do capitalista, que equivale ao custo social de sua reprodução, e, durante o restante do tempo da jornada de trabalho ela cria a parte do valor que é apropriada pelo capitalista. Essa relação básica constitutiva do funcionamento da sociedade burguesa, que resulta na extração de mais-valia, é a relação direta de exploração do trabalho pelo capital (LORENA, 2012, p. 91).

Na sociedade capitalista, que visa a produção de mercadorias, "aqueles que apenas possuem sua força de trabalho são também

transformados em mercadorias à disposição das necessidades capitalistas” (LORENA, 2012, p. 93). A construção do exército industrial de reserva é funcional à acumulação do capital pois proporciona a disputa entre os trabalhadores pela inclusão na divisão social do trabalho. A forma com que a riqueza socialmente produzida é apropriada pelos donos dos meios de produção gera uma contradição; apesar da produção excessiva de mercadorias (que se transformam em riquezas), a classe trabalhadora sofre com a escassez de recursos.

A partir disso, temos uma sociedade que coloca os indivíduos em concorrência pelas oportunidades de sobrevivência, o que está diretamente concatenado com a maneira de funcionar da acumulação na sociabilidade capitalista, que é concentradora de riquezas para uma pequena parcela da sociedade e concentradora de pauperismo para a grande maioria. O problema urbano capitalista surge em meio a esse modo estrutural de funcionamento do capitalismo. (LORENA, 2012, p. 93).

A construção das cidades, historicamente, é funcional e diretamente relacionada ao processo de expansão e desenvolvimento da produção capitalista, visto que a concentração de meios de produção, força de trabalho e a circulação das mercadorias no mesmo local possibilitam a acumulação do capital.

A compreensão, portanto, da produção do urbano capitalista não pode deixar de levar em conta os processos interligados de acumulação e expansão do capital. No desenvolver desses processos ocorre uma concentração dos elementos necessários à constante reprodução do capital, levando à criação de aglomerações humanas (com a criação de uma superpopulação relativa - para além dos trabalhadores empregados no processo de produção - que é subjacente à acumulação capitalista) e de forças produtivas cada vez maiores. Essa concentração se dá no espaço urbano. Esses são fatores essencialmente entrelaçados na sociedade regida pelo capital. (LORENA, 2012, p. 96).

A segregação socioespacial também é produzida em função de fatores econômicos, pois, como sinaliza Negri (2008, p.135), “as maneiras como as classes se distribuem no espaço urbano dependem do acúmulo de capital individual que cada um consegue ter”.

O cidadão diferencia-se em relação à distribuição da riqueza gerada em cada sociedade definindo o modo como se estruturam as relações sociais (assim como as normas e leis) por meio da existência da propriedade (como forma contratual). Assim, a forma urbana vai revelando a justaposição entre uma morfologia social (a estruturação das classes na sociedade) e uma morfologia espacial (a distribuição dos cidadãos no espaço da cidade, a partir de sua localização na classe). Sintetizando, ao longo da história o acesso de cada um aos bens produzidos é o resultado direto da relação entre produção social da riqueza e apropriação privada desta riqueza, iluminando a existência e o papel da propriedade como estruturador das relações sociais. Nessa direção, a produção da segregação é definida no âmbito da produção social da cidade determinando os modos de sua apropriação numa totalidade complexa de relações sociais individualizado no curso da história. Uma história que repõe, constantemente, a desigualdade socioespacial (CARLOS, 2020, p.414)

Como afirma Lorena (2012, p.98), o Estado, por ser responsável por atender as exigências colocadas pelo capital, será “o principal responsável pela criação das estruturas urbanas necessárias ao processo produtivo capitalista”, beneficiando, sobretudo, a ampliação da acumulação do capital e a classe dominante. Os bens e serviços coletivos criados por ele também visam “atender, mesmo que em padrões mínimos, as necessidades que surgem do processo de reprodução da força de trabalho”. Ou seja, o Estado fica responsável por responder às expressões da questão social que possam interferir na reprodução da força de trabalho, expressões estas que são acirradas pelo modo de produção capitalista.

Uma questão que se apresenta no cotidiano da classe trabalhadora é a moradia, que sendo tratada como mercadoria na sociedade capitalista, tem seu acesso restringido ao potencial de compra do cidadão consumidor. “Em decorrência disto, as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, bem como as desigualdades que o caracterizam, expressam-se na produção do espaço urbano e geram disputas por sua ocupação e uso” (FERNANDES, 2007, p.2). Os territórios ocupados pela classe trabalhadora, com limitada infraestrutura urbana e social, geralmente apresentam-se como espaços de negação dos direitos, gerando situações de vulnerabilidade social.

{...} o Estado passou a exercer papel relevante na mediação de interesses divergentes impressos no território, interferindo

ativamente na produção do espaço, apoiando suas ações em dispositivos legais referentes ao acesso, ao uso e à comercialização da habitação e da terra. No Brasil o processo de concentração de renda ocorreu em tal proporção que excluiu do mercado formal grande parte da população, já que o segmento de baixa renda não possuía poder de compra capaz de gerar rentabilidade que interesse ao setor privado de produção de moradias . As favelas, entre outras formas de apropriação irregular do solo, constituíram-se como solução de moradia criada por este segmento da população (Abreu; 1987 e Zaluar & Alvito; 1999) e impuseram-se como componentes do espaço urbano, ainda que em condições que ignoraram tanto as iniciativas do poder público e do setor privado quanto os padrões de regularização e legalidade definidos entre eles. Na medida em que o Estado brasileiro foi historicamente incapaz de prover alternativas que alterassem estas distorções , o déficit de moradia para esta faixa da população acentuou-se, imprimindo à paisagem dos grandes centros urbanos a imagem incontestada de uma sociedade marcada por contradições sócio-econômicas profundas, às vezes considerada à beira do caos social (FERNANDES, 2007, p.2).

Milton Santos (2006, p. 67) no livro “A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção”, ao realizar a distinção de paisagem e espaço, afirma que a ação humana é o ponto central, pois é a partir da relação do homem com a natureza que a paisagem irá se transformar em espaço, ganhando função e valor.

Ao nosso ver, a questão a colocar é a da própria natureza do espaço, formado, de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade. Paisagem e sociedade são variáveis complementares cuja síntese, sempre por refazer, é dada pelo espaço humano. Os movimentos da sociedade, atribuindo novas funções às formas geográficas, transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e ao mesmo tempo novos pontos de partida para um novo movimento. Por adquirirem uma vida, sempre renovada pelo movimento social, as formas - tornadas assim formas-conteúdo - podem participar de uma dialética com a própria sociedade e assim fazer parte da própria evolução do espaço. (SANTOS, 2006, p.69)

Não é possível pensar em periferia sem pensar na segregação socioespacial e a relação de dependência Centro-periferia que se apresenta nitidamente no cotidiano. O centro é o local onde as pessoas procuram

condições para se reproduzir, se caracteriza pela concentração de riqueza e facilidade de acesso a bens e serviços básicos, enquanto a periferia representa a pobreza e a precariedade, é o local onde a maior parte dos trabalhadores retornam ao final do dia. Esse cenário expõe a “separação dos espaços da realização da vida cotidiana entre lugar de moradia-lugar de trabalho” (CARLOS, 2020, p.418)

Nas cidades brasileiras, o mercado imobiliário, sob a conivência do poder público, se desenvolveu de maneira que os pobres foram expulsos dos centros em direção às periferias, resultando assim no que chamamos hoje de estrutura centro-periferia (Guimarães, 1991; Caldeira, 2003). Essa “dinâmica metropolitana” não ocorre de maneira igualitária, mas à custa de periferias com pouca infraestrutura urbana, e o baixo custo de seus terrenos se deve às dificuldades encontradas pelos moradores – como a necessidade de utilizar mais de uma viagem de ônibus para se chegar ao trabalho ou a falta de serviços na região. (SILVEIRA; MUNIZ, 2014, p.270)

Ao tecer sua análise sobre os espaços urbanos, Isabel Cardoso (2020, p. 56), levando em consideração os ensinamentos de Lefebvre, afirma que conhecer a vida cotidiana é primordial para compreender a “[...] dinâmica de produção social do espaço, posto que o cotidiano é constitutivo e constituinte dos processos de produção e reprodução das relações sociais capitalistas enquanto totalidade social”. Ela argumenta que

[...] é no plano da vida cotidiana que as classes sociais vivem e experienciam desigualmente a cidade, os fluxos globais da divisão socioespacial do trabalho, da acumulação e da dominação capitalistas, dos conflitos decorrentes deste processo e constroem formas individuais e coletivas de enfrentamento da própria desigualdade. É do encontro entre estas práticas que se exercem em diferentes escalas no território que a vida urbana se processa e os sujeitos constroem experiências e representam o sentido de pertencimento às classes sociais e seus modos de vida. (CARDOSO, 2020, p. 65)

Silvio Negri (2008 p.136), ao analisar os estudos de Engels sobre a divisão das classes sociais no espaço urbano, afirma que:

Morar num bairro periférico de baixa renda hoje significa muito mais do que apenas ser segregado, significa ter oportunidades

desiguais em nível social, econômico, educacional, renda, cultural. Isto quer dizer que um morador de um bairro periférico pobre tem condições mínimas de melhorar socialmente ou economicamente. Implica, na maioria dos casos, em apenas reproduzir a força de trabalho disponível para o capital. Mas por que isso acontece? Acontece porque a maioria dos investimentos públicos é voltada para os bairros da classe de mais alta renda e, como os bairros da classe de baixa renda localizam-se em sua maioria longe do centro e das classes altas, os investimentos públicos acabam chegando – quando chegam – de maneira bastante precária. E isto se reflete nos índices de instrução, de saúde, entre outros

Portanto, essa população não encontra meios para a sua reprodução em seu território de origem, intensificando as múltiplas expressões da questão social, fenômeno que tem seu acirramento no modo de produção capitalista. Diante disso, esses indivíduos serão obrigados a se deslocar para os centros em busca de trabalho, educação, saúde e lazer. Como afirma Negri (2008, p.138);

A diferenciação residencial deve ser interpretada como chances desiguais de se ascender socialmente. Geram-se, assim, acessos diferenciados à infra-estrutura urbana, à serviços educacionais e, conseqüentemente, à manutenção do status quo, o controle e a reprodução do exército de mão-de-obra de reserva nas cidades segregadas. Com tudo isso, nota-se, ainda, a diminuição da qualidade de vida da população, no que tange a seu acesso a recursos básicos que a cidade oferece. Há também um prejuízo cultural, no que diz respeito ao modo como essas pessoas passam a enxergar o mundo e qual sua consciência objetiva de seu estado de segregado socialmente e espacialmente.

Em sua pesquisa, ao analisar as diferenças entre favela e periferia, Fernando Cotelo e Juciano Rodrigues (2011, p.10) apontam que, em alguns casos, trabalhadores que não possuem meios financeiros para adquirir propriedades formais encontram nas construções irregulares a possibilidade de morar nas áreas centrais das cidades por um valor acessível, buscando aumentar sua acessibilidade. Os autores afirmam que a principal diferença entre os moradores das periferias e os das favelas é a acessibilidade ao trabalho e aos bens e serviços. Essa diferença se revela na medida em que, segundo o gradiente de renda dividido por regiões metropolitanas brasileiras analisados pelos autores, quanto mais afastada do centro, mais a renda média

dos chefes de família nas periferias cai em relação aos moradores do centro (COTELO e RODRIGUES, 2011.p 15).

As determinações econômicas não devem ser as únicas levadas em consideração para se pensar as desigualdades territoriais, visto que historicamente as relações sociais (relações de trabalho) são também hierarquizadas pela referência de raça/cor. O racismo e o patriarcado são elementos fundamentais para a estruturação e manutenção do modo de produção capitalista, pois estes edificam o exército industrial de reserva.

A origem do capitalismo no Brasil deu-se pela transição do modo de produção escravista para o modo de produção capitalista, decorrente da universalização do trabalho livre. Este fator determinou a organização da classe trabalhadora e o processo de assalariamento. Aqui não contamos com uma revolução burguesa, mas com um aburguesamento dos senhores de escravos. (COSTA e RAFAEL, 2021, p.86)

As questões etnico-raciais (que são materializadas em uma profunda desigualdade social) devem ser consideradas, visto que a segregação socio-espacial colabora para a manutenção da segregação racial, pois pessoas historicamente racializadas “[...] concentram-se em zonas de pobreza intrinsecamente favoráveis à reprodução de desigualdades” (SILVEIRA; MUNIZ, 2014, p.266).

[...] estudos apontam como pretos e pardos se encontram em condições desfavoráveis em relação aos brancos, seja pela desigualdade de acesso, de recompensas ou de oportunidades, mensuradas, por exemplo, por níveis de escolaridade, salários ou inserção em posições de classe.(SILVEIRA; MUNIZ, 2014, p.267)

Ao analisar as diferenças salariais entre brancos e negros em diferentes regiões metropolitanas das principais capitais do país, Silveira e Muniz (2014, p. 279) a partir de dados da PNAD (2008), constataram que “[...] a relação entre os grupos raciais é mais desigual nos centros metropolitanos”.

As periferias são predominantemente mais pobres e homogêneas que os núcleos, pelo menos racialmente. Brancos e negros nas periferias são socioeconomicamente mais parecidos que nos centros, se assemelhando em condições desfavoráveis, mas não na ascensão social. [...] de fato, os que

residem em municípios periféricos apresentam considerável desvantagem de renda em relação aos que vivem no centro, ainda que na periferia as desigualdades raciais sejam menores. Os centros têm salários e composição racial branca acima da média. Estar na periferia, portanto, implica não só rendimentos inferiores aos dos brancos, mas também rendimentos absolutamente menores, configurando assim uma situação de dupla desvantagem para os que ali se encontram.

Embora a localização não seja a única motivação da disparidade entre brancos e não-brancos no Brasil, a partir da análise de Silveira e Muniz (2014), podemos constatar que a segregação sócio-espacial pode aprofundar as disparidades raciais, que associadas com o racismo estrutural dificultam a inserção dessa classe ao mercado de trabalho (divisão racial do trabalho), podendo criar condições desfavoráveis à ascensão social da população negra que vive nas periferias.

No próximo capítulo analisarei historicamente as particularidades brasileiras que permitem que a população negra seja maioria nas áreas periféricas e como a política de remoção dos anos 60 ocasionou a construção do bairro Vila Kennedy. A partir das entrevistas realizadas com moradores da região, buscarei entender as características territoriais baseadas nos relatos.

3. Estação: Vila Kennedy



Imagem 1: Entrada para Vila Kennedy pela Av Brasil

Fonte: EBC-EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO/Agência Brasil.

Os anos 1960 foram marcados pelas políticas de remoção dos governos estaduais de Carlos Lacerda e Negrão de Lima, mas as políticas higienistas foram difundidas no Brasil anos antes, mais precisamente nos anos 30 com a vinculação do sanitarismo à ideologia eugênica (GOÉS, 2018). A segregação espacial ganhou novas formas nos governos ditatoriais da década de 60, famílias inteiras se viram obrigadas a abandonar suas casas, próximas de seus empregos nas áreas nobres do Rio, para viver em áreas rurais, afastados do centro e com pouca infraestrutura. Muitos conjuntos habitacionais foram construídos nesse período, com recursos do projeto Aliança para o progresso (EUA), um deles é a Vila Kennedy.

Rodrigues (2017) aponta em seu artigo o processo de estigmatização sofrido por moradores de favelas nos anos 60, que eram vistos como a raiz da pobreza e violência que impedia o Brasil de progredir, proliferadores de doenças que necessitavam de recuperação (processo de pseudo civilização), que só será concretizada através das remoções. Assim, o Estado passa a enxergá-los como ameaça à ordem social e encontra nas remoções a forma de afastá-los da população "civilizada".

Rodrigues (2017) afirma que “a manipulação do estigma do favelado aparece como um mecanismo ideológico que permitirá aos agentes públicos agir autoritariamente, alargando a segregação habitacional no Rio de Janeiro” (2017, p. 2). Esse estigma pode ser entendido como herança do escravismo e da ideia de raça (racismo científico), que cria mecanismos para hierarquizar indivíduos na sociedade, a partir da associação de características comportamentais (tendências). Guimarães (1999) indica que o racismo, normalmente, conduz ao racismo perverso e genocida.

Nascimento (1978), ao falar do genocídio do negro no Brasil, expõe que, anteriormente, visando a criação da identidade nacional desejada, a mestiçagem era tida como forma de barrar o crescimento da mancha negra no país ao longo do tempo. Hoje em dia, podemos observar a reatualização das estratégias de destruição do povo negro. Oliveira (2015, p.5) ao falar da necropolítica (MBEMBE), destaca que para além da eliminação física se projeta uma eliminação visual dos corpos pretos. Se propõe construir uma barreira invisível, para que aqueles que não são considerados dignos de conviver socialmente não possam frequentar determinados espaços. A distância, pensando nas remoções, pode ser entendida como um dispositivo poderoso para o embranquecimento territorial. A partir da reflexão das questões levantadas por esses autores, pretendo averiguar como o estado cria mecanismos, até os dias atuais, para eliminar a população negra da sociedade brasileira e de que modo ideias antigas são “recicladas” e aparecem de diferentes formas na história.

Territórios limpos e o genocídio da população negra

Podemos afirmar que o Brasil é fruto da exploração praticada contra os povos africanos, a força de trabalho escrava foi o que possibilitou o desenvolvimento econômico desta nação. Desde sua vinda forçada para o Brasil colonial, os negros passam por um processo de massacre corporal e psicológico (NASCIMENTO,1978). Por muitos anos as ciências e a religião foram responsáveis por justificar as diferenças de tratamento e de status social

entre os indivíduos, criando teorias raciais que subdividiam humanos em raças (GUIMARÃES, 1999).

A abolição da escravatura não modificou a forma que os negros eram vistos pela sociedade, estereótipos reforçavam uma imagem negativa a essa população, os tornando malditos. Não houve políticas de integração da população negra à sociedade brasileira, ao contrário, o projeto de nação defendido pela classe dominante, que visava o crescimento econômico e político, não os incluiu .

A miscigenação, que mais tarde será entendida como o símbolo que atesta a “democracia racial”, será amplamente divulgada como o caminho para interromper a “ameaça negra” que pouco a pouco deveria ser eliminada (embranquecimento da raça). Abdias Nascimento (1978, p.70) afirma que a política imigratória foi um instrumento do processo de embranquecimento. Os europeus tinham livre circulação no Brasil, acreditava-se que a mistura do sangue europeu com o sangue da população mestiça seria capaz de proporcionar a elevação genética da população brasileira.

Segundo Weber Lopes Góes (2018, p.121) “Os médicos pautados pela perspectiva eugênica acreditavam que as doenças e a pobreza teriam de ser solucionadas por meio de uma política ancorada nos preceitos da eugenia”. Os intelectuais eugênicos consideravam que o embranquecimento da população era uma questão de saneamento. Nas décadas de 60/70 os governos ditatoriais regressam com a perspectiva do saneamento, entendendo a favela como fonte da pobreza e violência. Podemos avaliar que as políticas de embranquecimento não foram capazes de eliminar integralmente a população negra do Brasil, porém, outras políticas de exclusão e morte foram elaboradas pelo estado.

A construção dos conjuntos habitacionais nos anos 1960, durante o governo de Carlos Lacerda, pode ser compreendida como solução de um problema presente na agenda governamental. Anteriormente, as favelas já eram vistas como “um mal extremamente prejudicial à cidade”. (RODRIGUES, 2017, p.2).

Os favelados foram retirados de áreas consideradas privilegiadas, como o Centro e a Zona Sul, e colocados nas periferias que além de distantes da área central e de seus locais de trabalho, não contavam com serviços e equipamentos públicos, considerados vazios na periferia (BRUM, 2012) (RODRIGUES, 2017, p.2)

Mario Brum (2018, p.117), ao analisar como as favelas eram entendidas, afirma que:

Para alguns, a favela era vista como uma patologia urbana, cujas razões da existência são atribuídas aos favelados em si, afeitos a costumes exóticos e que não partilhavam os valores da civilização, entendida aqui como a cidade. Em outra vertente, considerava-se que a favela era um fruto indesejado, mas inevitável, do intenso e rápido processo de urbanização vivido pelo Brasil, similar ao que ocorreu nos países capitalistas centrais, como Estados Unidos e Europa, e aqui, assim como lá, seria necessário recorrer a fortes intervenções urbanas a fim de "reordenar" a cidade.

Laercio Gomes Rodrigues (2017, p.7) afirma que "remoção das favelas era encarada como ação legítima, parte da reestruturação do sistema urbano, especificamente porque os favelados eram tidos como marginais, assim sendo facilmente descartáveis". É de conhecimento geral que, após a abolição da escravidão sem terem condições concretas de sobrevivência, boa parte da população negra integrou os primeiros cortiços e favelas do Rio de Janeiro e se mantém nelas até os dias atuais. Podemos analisar que a visão do negro vadio se reatualiza na visão do favelado marginal, demonstrando o caráter racista das remoções. Elimar Nascimento (1994, p.37) ao analisar como se desenvolve a nova exclusão social, afirma que:

[...] os indivíduos tornam-se, em primeiro lugar, desnecessários economicamente. Perdem qualquer função produtiva e passam a se constituir em um peso econômico para a sociedade (do mundo do trabalho) e para o governo.

Em segundo lugar, com estas mudanças sociais ocorrem transformações nas representações sociais a respeito destes indivíduos. Pois os mesmos não são apenas objeto de discriminação social. Aos poucos passam a ser percebidos como indivíduos socialmente ameaçantes e, por isso mesmo, passíveis de serem eliminados.

Essa nova representação social alimenta-se, em grande parte, do crescimento da violência urbana, que parece ser uma constante em diversos países ocidentais.

Erguidas através de recursos norte-americanos do programa Aliança para o progresso, a construção da Vila Kennedy (e de outros conjuntos habitacionais) responderam aos interesses nacionais e internacionais, dado que, as remoções faziam parte do projeto de governo de Carlos Lacerda, que defendia a construção de áreas industriais, onde os moradores das favelas, teoricamente, teriam moradia digna e trabalho, e em consonância, as ideias estadunidenses de barrar a influência comunista, promovendo a modernização dos países latino-americanos.

A eliminação da favela também interessava ao mercado imobiliário, pois seria necessário construir, em larga escala, moradias populares que atendessem os removidos. Nessa conjuntura foi criado o Banco Nacional de Habitação (BHN), em 1964, com o objetivo de financiar a construção de moradias a nível nacional. {...} No período de 1966 a 1970, a COHAB financiou 75.226 unidades habitacionais. Conforme Valladares (1978), esses empreendimentos dinamizaram o setor imobiliário no Rio de Janeiro que buscaram maximização dos lucros, por meio de construções em série. Como se tratava de moradia de baixo custo, o setor da construção civil fez uso de materiais de baixa qualidade, o que acabou por baratear ainda mais o empreendimento e ampliar o retorno financeiro (RODRIGUES, 2017, p.4-5)

Ao falar da gestão dos espaços no Rio de Janeiro no início dos anos 1920, Oliveira(2015, p.6) analisa que:

[...] o poder medical passa assumir autoridade política na configuração do meio urbano através da higienização da paisagem de grupo postos como anormais. O exercício do poder medical tem uma dimensão geopolítica, pois cabe ao Estado elimina este mal-estar, especialmente nas paisagens emblemáticas. A interdição tanto compulsória quanto consentida é um mecanismo de poder que visa eliminar do campo visual os indesejados.

Podemos concluir que as remoções fazem parte desse sistema racista de práticas que visa segregar a população negra em “guetos”, impedindo a plena circulação desses indivíduos e minimizando as possibilidades de melhoria das condições de vida, já que as áreas periféricas não são priorizadas pelo estado.

Aquilo que foi prometido pelos governantes aos moradores removidos do morro do Pasmado e Esqueleto não foi cumprido, as condições de vida dos

moradores não tiveram grandes melhorias. A Vila Kennedy continua sem receber a devida atenção do poder público nas áreas de habitação, saneamento, transporte, trabalho, educação, segurança, saúde etc. Atualmente, o que se percebe é um aumento desordenado das construções irregulares e da população. Segundo o programa IPP/Rio+Social, com base em dados do IBGE (censo demográfico 2010), considerando todo o território (comunidades e conjuntos habitacionais), estima-se que o bairro possua mais de 41 mil habitantes e 12 mil domicílios.

Como aponta Oliveira (2015, p.9) “as mudanças na soberania nas áreas que antes eram dominadas pelos narcotraficantes pelo domínio militar do Estado não têm significado eliminação dos problemas sociais”. Após a tentativa frustrada de “pacificação” (criação da Unidade de Polícia Pacificadora), a violência cresce na Vila Kennedy, sendo o segundo bairro no Rio de Janeiro com maior número de tiroteios em 2021, segundo o aplicativo Fogo Cruzado. No período da pandemia de covid-19, mesmo com a restrição do STF, diversas operações policiais foram orquestradas na região, demonstrando o caráter repressivo do estado.

A instituição Estado funciona sobre as bases do bio/necropoder, logo sua função homicida somente pode ser assegurada pelo racismo. O racismo de Estado tem importância vital na gestão de territórios e populações, pois representa a condição com a qual, a polícia pode exercer o direito de matar, humilhar, sequestrar, torturar e amedrontar sem que isso seja considerado crime (Ibidem). As instituições de in-segurança, tem banalizado a morte e o mal no cotidiano dos espaços pobres (ARENDETT, 1999).(OLIVEIRA, 2015, p. 9)

A partir desses apontamentos, que demonstram a fragilidade no acesso aos bens básicos, entendo que neste território periférico, são as crianças e adolescentes os indivíduos mais vulneráveis. Ainda que o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA disponha sobre a proteção integral desse grupo, sem distinção de sexo, raça, etnia, religião e condição econômica, de fato, nem todos desfrutam das mesmas oportunidades. Faz-se necessário refletir quem são as crianças e adolescentes que têm seus direitos fundamentais assegurados pelo estado, que tem o seu ‘desenvolvimento

físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (BRASIL, 1990), e como a criação, implementação ou revisão de políticas públicas podem ampliar a proteção social da juventude vulnerável.

3.1- Entrevistas com moradores da Vila Kennedy

Neste segmento, pessoas de diferentes gerações e tempo de moradia no território foram escolhidas para registrar suas visões acerca das potencialidades e dos limites relacionados à vida no bairro. O quadro a seguir indica as características gerais das pessoas entrevistadas e a razão principal de terem sido escolhidas para uma entrevista.

Quadro 1: Perfil das pessoas entrevistadas no território

Nome	Sexo	Idade	Raça/co r	Estado civil	Escolar.	Região	Motivo
Dandara	F	25	Branca	Solteira	Ensino superior incompl.	Progresso	Sempre viveu na região e utiliza a maioria dos equipamentos. trabalha e estuda longe do território
Poliana	F	25	Parda	Casada	Ensino médio completo	Manilha	Sempre viveu na região e utiliza a maioria dos equipamentos. Trabalha no território
Milton	M	26	Preto	Casado	Ensino médio técnico completo	Manilha	Sempre viveu na região e utiliza a maioria dos equipamentos. Família vinda da favela do esqueleto. Trabalha longe do território
Gilberto	M	26	Pardo	Solteiro	Ensino superior incompl.	Manilha	Sempre viveu na região e utiliza a maioria dos equipamentos. Trabalha e estuda longe do território

Nome	Sexo	Idade	Raça/cor	Estado civil	Escolar.	Região	Motivo
Conceição	F	23	Preta	Solteira	Ensino superior incompl.	Malvinas	Sempre viveu na região e utiliza a maioria dos equipamentos. Trabalha e estuda longe do território
Andre	M	24	Preto	Solteiro	Ensino médio completo	Malvinas	Sempre viveu na região e utiliza a maioria dos equipamentos. Trabalha no território
Amanda	F	56	Preta	Solteira	Ensino fundamental completo	Malvinas	Vive a muitos anos na região e utiliza a maioria dos equipamentos. Trabalha no território
Renata	F	39	Parda	Solteira	Ensino médio completo	Malvinas	Sempre viveu na região e utiliza a maioria dos equipamentos. Família vinda da favela do esqueleto. Trabalha no território

a. Dandara: crítica e resignação

Entrevistada mora em Vila Kennedy há 25 anos, segundo a mesma “por falta de opção”. Sua relação com o bairro é de insegurança, ela afirma que já pensou em morar em algum bairro próximo ao centro do rio por conta da facilidade de locomoção para sua faculdade e outros lugares que costuma frequentar, e também pela questão da segurança. Sua relação com a vizinhança é boa, raramente realiza alguma atividade de lazer no território; “faço coisas em casa com a minha família. Fora da vila vamos a algum show, restaurante, bar”.

A entrevistada dá nota 2 para os equipamentos e serviços públicos. "Segurança eu não sinto; saúde é péssima pra quem depende da clínica da família; transporte é ok, mas precisa melhorar. O saneamento onde moro não é tão ruim, mas também precisa melhorar". Em relação ao que precisa melhorar no território, a entrevistada seleciona o transporte: "Tem poucas opções de ônibus e a 99 não funciona na vila", a saúde: "na clínica da família nunca tem médico", a segurança: "até dos policiais tenho medo. Somos obrigados a conviver com barricadas nas ruas, traficantes vendendo drogas na rua em plena luz do dia", o saneamento: "Perto da minha casa tem um valão e nunca vi fazerem nada para desentupir quando é necessário. Os próprios moradores têm que fazer isso por conta própria", e a educação: "Por conta da falta de segurança até os professores dos colégios acabam faltando. Muitos alunos ficam sem aula ou quando tem é jogado. É difícil ter vontade de estudar assim".

O que chama atenção no depoimento de Dandara é a mesma acreditar que apesar da falta de manutenção do valão próximo a sua casa, o saneamento pode ser considerado adequado no bairro. O córrego Rio das Sardinhas atravessa o bairro e sua manutenção é de extrema importância para os moradores, dado que as regiões baixas do território, como por exemplo as localidades conhecidas como Cirp e Leão, sofrem constantemente com enchentes durante os períodos de chuvas, acarretando em prejuízos financeiros e aumento da transmissão de doenças infecto-contagiosas.

Algumas ruas nas localidades conhecidas como metral, alto Kennedy, e favela do quiabo não possuem pavimentação, abastecimento de água ou rede de esgoto adequados. No passado, essas regiões não fizeram parte do projeto urbanístico de criação do conjunto habitacional, sendo ocupadas ao longo dos anos por construções irregulares. Essas regiões necessitam de projetos governamentais de urbanização que possibilitem melhorias concretas das condições de moradia.

Em relação à visão que as pessoas têm da vila Kennedy, a moradora afirma que "quando falo que moro na vila geralmente a reação é negativa. Se já perdi alguma vaga de emprego por morar aqui, não sei". A entrevistada diz

que não vê muitas oportunidades para as crianças da vila e que não reconhecem as lideranças locais. Em relação às potencialidades ela afirma: “seria um bom lugar de morar se melhorasse as coisas que falei”.

Como aponta a entrevistada, o transporte é uma antiga reivindicação dos moradores do bairro. Grande parte da população trabalha ou estuda nos bairros adjacentes, como Bangu e Campo Grande, ou nas zonas norte e sul do município. Os moradores das partes altas do território dependem da única linha de van que corta o bairro (Malvinas x Bangu). Segundo dados do programa IPP/Rio+Social, os moradores da localidade Alto Kennedy levam cerca de 20 minutos para chegar ao ponto de ônibus mais próximo da Av. Brasil.

A linhas 394 (Vila Kennedy x Praça Tiradentes) e 853 (Vila Kennedy x Mato Alto - alimentador do BRT Transoeste) são as únicas que possuem ponto final no bairro e recebem frequentes reclamações dos usuários, como a falta e o estado de conservação dos veículos e a frequência das viagens. Muitas vezes a opção que resta para a população é recorrer aos transportes clandestinos, visto que os ônibus que saem dos terminais de Campo Grande e Santa Cruz passam lotados pelo bairro.

b. Poliana: a centralidade do mercado ilegal de drogas

A entrevistada 2 mora em Vila Kennedy há 25 anos, seus avôs maternos vieram do Nordeste com os seus 7 filhos. “Meus avós maternos vieram do Nordeste buscar uma vida melhor. Aqui era tudo mato, os 7 filhos nasceram aqui”. A moradora afirma gostar do bairro, mas a violência é uma coisa que ela não gosta. Em relação à vizinhança, ela afirma não ter contato, pois, segundo ela, “a maioria é do tráfico”.

Ao afirmar que a maior parte da vizinhança é formada por pessoas criminosas, Poliana reproduz o estigma atribuído aos moradores de periferia que, como citado anteriormente, nos anos 1960 garantiu que políticos e técnicos responsáveis pela política de habitação no Rio de Janeiro tivessem o respaldo para executar as ações de “higienização” de áreas da zona sul,

transferindo a população das favelas para os chamados conjuntos habitacionais nas zonas norte e oeste da cidade.

Ao entrevistarem moradores de uma periferia de Fortaleza, Francisco Silva Filho e Cynara Mariano (2010, p.1552) analisaram a utilização do termo “envolvido” por um morador.

A expressão “envolvido” popularizou-se como forma de dizer que indivíduos fazem parte de alguma facção, porém, como aparece nas falas, não necessariamente significa tornar-se praticante de algum fato tipificado como crime. Para o morador entrevistado, o envolvido “ou faz parte da facção ou que tem alguma relação de amizade com quem faz parte [...] você foi visto com quem faz parte você é envolvido, e aí você não sabe o nível de envolvimento que essa pessoa tem, mas aí ele já é estigmatizado”. Ou seja, a estigmatização surge como uma representação social sobre o outro e sobre si mesmo, ao se dizer, por exemplo, que “até eu fico [envolvido]”.

Essa situação expressa, conforme Loïc Wacquant (2005, p. 33) a estigmatização territorial, que “origina entre os moradores estratégias sociófobas de evasão e distanciamento mútuos e exacerba processos de diferenciação social interna, que conspiram em diminuir a confiança interpessoal”, o que acaba por minar “o senso de coletividade necessário ao engajamento na construção da comunidade e da ação coletiva”. Entender essa estigmatização social é fenômeno fundamental para o contexto pesquisado pois, conforme Alessandro Baratta (2002, p. 161), a criminalidade revela-se como um “status atribuído a determinados indivíduos”, em primeiro lugar, pela seleção dos bens penalmente protegidos e dos comportamentos ofensivos destes bens e, em segundo, “a seleção dos indivíduos estigmatizados entre todos os indivíduos que realizam infrações a normas penalmente sancionadas”. No contexto da “guerra” entre facções e a acirrada disputa pelo domínio de territórios, a noção de “envolvido” é generalizada, estigmatizando todos os moradores da localidade.

Atualmente, a possível “tendência criminoso” ainda é associada à figura do indivíduo preto, pobre e periférico. Esta concepção é amplamente difundida e acolhida pelas camadas conservadoras da sociedade e pelo governo atual, que legitimam ações policiais arbitrárias (a chamada política de

segurança pública), considerando residentes de áreas periféricas corpos matáveis.

Ao ser perguntada se já pensou em morar em outro bairro, a moradora responde que sim, “por causa da segurança mesmo, pra conseguir sair e voltar para casa sem medo”. A entrevistada afirma que geralmente seu lazer é em casa; “O bairro foi tomado pelo tráfico, tudo que a gente faz é fora da vila, ir ao shopping, ir conhecer algum restaurante ou parque”.

Ao analisar os equipamentos e serviços públicos, a moradora dá nota 5: “O que é melhor aqui é o transporte. Se a gente precisa de um médico, não tem. Na clínica da família e na UPA só tem enfermeiro, e quando tem”. Ela acredita que a educação é outro ponto que precisa melhorar no bairro. “As escolas estão abandonadas. Precisa ter mais projetos sociais de esporte para as crianças e cursos para tirar a visão que eles têm do tráfico para construir uma nova geração na comunidade”. A entrevistada relata que a reação das pessoas ao descobrir que ela mora em Vila Kennedy é ruim: “As pessoas ficam espantadas, falam muito mal daqui, como se fosse o pior lugar do mundo. Acredito que já perdi alguma vaga de emprego por morar na vila porque eu nunca fui selecionada, só consigo trabalhar dentro da vila, nos comércios de pessoas conhecidas”.

Sobre as possibilidades de vida das crianças do bairro, a moradora afirma que “Depende muito da família, se for uma família estruturada, tem mais oportunidades, porque as crianças crescem vendo a violência, então elas acham que é normal. Se não tiver uma família estruturada é muito difícil”. A moradora afirma que não reconhece as lideranças locais e que o futebol é uma potencialidade no território.

A visão de “família estruturada” geralmente está ligada a uma concepção formada no imaginário social (sociedade marcada pelo patriarcado) de modelo familiar ideal. Na contemporaneidade novos arranjos familiares têm sido constituídos, como por exemplo as famílias homoafetivas, distintas do padrão de família reconhecida como nuclear (Mãe, Pai e filhos). As famílias que não seguem esse padrão erroneamente são taxadas de desestruturadas.

Entretanto, como podemos avaliar se uma família é “estruturada” ou “desestruturada”?

Baseada no senso comum, a entrevistada acredita que uma criança que não possui um determinado padrão familiar está propensa a um comportamento criminoso, desconsiderando o contexto histórico, social, cultural e econômico familiar. A violência não deve ser entendida como um elemento natural e presente apenas na periferia, pois pode se apresentar na organização familiar de diversas formas, em diferentes modelos familiares em distintas classes sociais. O modelo familiar, ou seja, como essa família está organizada, não é o mais importante, e sim se essa família tem condições de garantir o pleno desenvolvimento e bem-estar de seus integrantes.

Nas periferias brasileiras, o número de mulheres chefes de família tem crescido, acarretando na sobrecarga física e mental das Mães/Avó que precisam cuidar e prover sua prole. Segundo dados do IBGE/PNAD, em 2015 mais de 28 milhões de famílias brasileiras eram chefiadas por mulheres. Podemos avaliar que as famílias chefiadas por mulheres periféricas encontram-se em maior risco de vulnerabilidade social, visto que, em geral, a renda média das mulheres no Brasil é inferior à dos homens. Estas famílias devem ser foco de programas sociais e políticas públicas, para que suas condições de vida sejam asseguradas

c. Milton: Vila Kennedy como estação transitória

O entrevistado mora em Vila Kennedy há 26 anos, “tudo começou com a minha avó vindo da favela do esqueleto, ela casou e mora aqui até hoje”. Ele afirma que gosta de morar na vila, mas o tráfico dificulta seu ir e vir, por isso já pensou em morar em outro bairro. “Gostaria de morar no Recreio, se Deus quiser daqui a 2 anos estou lá”. Apesar da vontade de sair da Vila Kennedy, ele diz ter um bom convívio com a vizinhança. Em relação ao lazer, ele afirma que costuma reunir a família em casa “o lazer que tem não me agrada, como o baile funk, mas as pessoas que moram aqui costumam curtir”.

O entrevistado dá nota 7 para os equipamentos e serviços públicos. “Você chega no (UPA) não tem médico, o transporte até que tem para todos os lugares, mas o saneamento básico... tem lugar que não tem nem asfalto. O vereador disse que todas as ruas estão asfaltadas, mas não é verdade. Tem esgoto a céu aberto”. Segurança e saúde são pontos que precisam melhorar, segundo o morador: “Precisa ter mais áreas de lazer para as crianças”. O morador relata que as pessoas ficam apavoradas quando ele diz que mora em Vila Kennedy: “perguntam como eu sobrevivo aqui”. Ele afirma que, dependendo da família, a criança pode ser “bem sucedida” no futuro: “Depende da criação, da família, da base que ela tiver”. Em relação às potencialidades, ele afirma que a acessibilidade é um ponto forte; “tem mercado, tem transporte, mesmo alguns motoristas da UBER não entrando na Vila. Aqui tem tudo”. Ele não reconhece as lideranças locais.

Causa frustração e revolta vivenciar os problemas presentes em territórios que ano após ano não são solucionados pelo poder público. Por esse motivo, na busca por uma “vida digna”, muitos moradores acreditam que a solução é sair do bairro. Acredito que a mudança de bairro não seja a melhor opção para os moradores insatisfeitos com a precariedade do saneamento urbano e com as condições de atendimento e sucateamento dos serviços públicos ofertados. Afinal, infelizmente não existem garantias de que essa mudança trará melhorias concretas nas condições de vida desses indivíduos.

A participação ativa nos espaços coletivos de tomada de decisões do território, um exemplo são as associações de moradores, pode ser um caminho para que as necessidades coletivas da população sejam ouvidas e levadas para as autoridades e órgãos competentes. Da mesma forma, a participação em conselhos municipais para criação, administração e fiscalização de políticas sociais e a criação de lideranças comunitárias para representação nos espaços políticos pode contribuir para que as demandas comuns da população se tornem relevantes para a agenda governamental.

Atualmente, o território conta com 4 associações de moradores em funcionamento: Associação de moradores da Vila Kennedy- AMOVIK,

Associação de Moradores da Vila Metral e Sapo, Associação de moradores do Quafá, Associação de moradores da Vila Progresso. Diversas atividades são prestadas à comunidade além das reuniões comunitárias como doação de cesta básica, pré-vestibular comunitário, cursos profissionalizantes, atendimento jurídico etc.

d. Gilberto: Convivência sem sentido de comunidade

O entrevistado mora em Vila Kennedy há 26 anos, "Meus pais casaram e compraram uma casa na comunidade". Ele afirma que não gosta de morar no bairro, devido à violência e que já pensou em morar em outros bairros por isso. Sua relação com a vizinhança é básica: "Falamos somente por educação". Em relação ao lazer, ele afirma que costuma ir à praça para lanchar nos finais de semana.

Sua nota para os equipamentos e serviços públicos é 6. "A educação, a saúde e a segurança são os principais pontos que precisam melhorar". O entrevistado afirma que nunca perdeu uma vaga de emprego por morar na Vila Kennedy, mas durante uma entrevista ouviu o comentário "lá é perigoso né". Em relação às possibilidades de vida das crianças, o morador acredita que "é difícil pensar sobre isso quando as crianças convivem com a violência no bairro, é preciso batalhar muito e passar por cima de muitos preconceitos". Ele afirma não reconhecer as lideranças locais, mas afirma que "com as políticas públicas certas, o bairro poderia alcançar um novo patamar".

O entrevistado, a partir do seu relato, revela não possuir laços com o território e sua vizinhança. Como consequência da dicotomia "lugar de moradia-lugar de trabalho" (CARLOS, 2020), anteriormente explicitada, a busca por melhores condições de vida, em alguns casos, impossibilita que os moradores entendam o bairro como um espaço de reprodução das relações sociais (espaço de troca e compartilhamento de vivências).

Como reflexo da vida fragmentada, os trabalhadores que passam a maior parte do tempo no trabalho e no seu deslocamento dispõem de poucas oportunidades de encontro com sua vizinhança. Isso impede que esses

indivíduos se reconheçam como parte de uma comunidade. Sem essa noção de coletividade, torna-se quase impossível reconhecer o outro como um semelhante, que vivencia dificuldades parecidas, dificultando a mobilização desses moradores na luta por melhorias para a região.

e. Conceição: Convivência e resignação

A entrevistada mora em Vila Kennedy há 23 anos, "Meus pais vieram morar aqui depois do casamento, mas nossa família é de Caxias". Ela relata que gosta de morar na vila e que possui uma relação amigável com a vizinhança, por esse motivo nunca pensou em morar em outro bairro. Em relação ao lazer, ela declara que geralmente fica em casa e às vezes vai até à praça lanchar. A moradora dá nota 5 para os equipamentos e serviços públicos; "na clínica da família você marca o exame e fica meses para conseguir uma consulta. O ensino aqui é fraco, antigamente era melhor".

Sobre a visão das pessoas em relação à Vila Kennedy, ela fala que geralmente as pessoas ficam assustadas e que nunca perdeu uma oportunidade de emprego por morar nesse bairro. Sobre as possibilidades de vida das crianças do território, acredita que "não existem muitas possibilidades". Em relação às lideranças locais, a moradora diz que "só conheço o Andrey, ele trabalha na associação de moradores". Pensando nas potencialidades do território, ela declara que "se a FAETEC funcionar direitinho vai ser bom para a comunidade. Espero que vá pra frente".

Durante as entrevistas pude observar que o saudosismo é um elemento recorrente na fala dos moradores que experimentaram outras épocas no bairro, lembrando tempos tranquilos, sem o domínio do crime organizado. A região, anteriormente com perfil mais rural, abrigava poucas construções e uma população majoritariamente oriunda do Morro do Pasmado e da favela do esqueleto, o que viabilizou a construção de um estreito relacionamento com a vizinhança, pois alguns já eram conhecidos. Entretanto, as demandas

reivindicadas atualmente, já se apresentavam nos protestos da população no passado.

Para o desenvolvimento de sua dissertação de mestrado, Lizandra R Heleno (2017), analisou textos jornalísticos dos primeiros anos da construção do conjunto habitacional que demonstram que, apesar dos avanços, a precariedade do acesso aos bens básicos se mantém.

O processo de remoção que começara ainda no final de 1963, foi de muitos conflitos entre as famílias e o Estado, que transferiu a última delas para a Vila Kennedy no dia 18 de janeiro de 1964. Ainda em 1964, têm início as reportagens que, de um lado, mostravam a satisfação e a alegria da vida no novo lugar, e, de outro, as críticas que vinham sendo feitas. Ao mesmo tempo, outras notícias e reportagens denunciavam, no mesmo período, a precariedade de uma parte das casas e a falta de infraestrutura do lugar, como a ausência de comércio, de escola e posto de saúde, além da distância, da falta de transporte e do valor das passagens como fatores da realidade encontrada pelos removidos. (HELENO, 2017, p. 15)

Imagem 2: Vila Kennedy nos primórdios



Fonte: Fundo Correio da Manhã/ Arquivo Nacional, 1965.

Ao analisar o descontentamento da moradora com a educação pública na região, também podemos considerar o quanto a violência vivenciada no território interfere no aprendizado dos estudantes, seja pelos intensos

confrontos armados, que impedem a realização das aulas, ou profissionais que não querem trabalhar nas unidades de ensino situadas em áreas dominadas pelo tráfico de drogas. Essas situações, somadas ao número insuficiente de escolas da rede pública na região, impactam diretamente na qualidade do ensino e no desempenho dos estudantes.

f. André: "O baile é bom"

O entrevistado mora em Vila Kennedy há 24 anos, "minha mãe é da cidade alta e meu pai do Leme, eles casaram e vieram morar na vila. Tinha tanto lugar bom, mas vieram pra cá". Ele declara ter uma relação boa com o bairro e com a vizinhança, mas que gostaria de morar em outro lugar "só estou esperando aparecer a oportunidade". Em relação ao lazer ele afirma que "o único programa é ficar em casa ou lanchar na praça".

O morador dá nota 8 para os equipamentos e serviços públicos; "o atendimento no (UPA) e na clínica da Família precisa melhorar". O entrevistado afirma, em tom descontraído, que ao falar que mora na Vila Kennedy as pessoas falam "que isso, brabo!" e que nunca perdeu uma oportunidade de emprego por morar no bairro. Sobre as possibilidades de vida das crianças do território ele acredita que "não existem boas possibilidades". Ele reconhece o trabalho das associações de moradores como lideranças locais e como potencialidades ele afirma que "O baile é a única coisa que faz as pessoas quererem vir aqui".

Ainda que o lazer seja reconhecido como um direito social e necessidade vital básica do trabalhador pela constituição federal brasileira (Art. 6º e Art.7º), em comparação com os outros direitos, este tem sua importância minimizada, sendo visto como mercadoria na sociedade capitalista, e recebe pouco investimento por parte do poder público, e boa parte da população não o usufrui plenamente. Nas periferias são escassos os espaços de lazer como praças, teatros, museus etc, e o baile, em muitos casos, se torna uma das poucas opções viáveis para os moradores.

O território pesquisado conta com poucas praças em bom estado de conservação, o que, somada à insegurança, prejudica sua funcionalidade. O Teatro Mário Lago, que já passou por diferentes gestões e atualmente é administrado pela SECEC-RJ (Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro), por não ter a devida relevância para o governo estadual, não recebe os investimentos necessários para sua gestão, dificultando a ampliação da cultura local (menos investimento resulta na pouca oferta de programações artísticas). Por esses motivos, muitos moradores procuram desenvolver atividades de lazer nos bairros vizinhos.

O baile funk, apesar de marginalizado, contribui para o desenvolvimento da economia local, atraindo dezenas de pessoas aos finais de semana. O "Baile da manilha" e o "Baile da Metral" incentivam o comércio alimentício e vestuário, além dos profissionais da estética, manicures, maquiadores, cabeleireiros e barbeiros, gerando renda para diversas famílias da região. Para alguns moradores o baile é uma das poucas expressões culturais acessíveis, alguns cantores da cena atual do funk, pagode e rap já realizaram apresentações na comunidade através do mesmo, sendo, para muitos, a única oportunidade de assistir um show musical.

g. Amanda: "quem quer, corre atrás"

A entrevistada mora na Vila Kennedy há 32 anos, "O pai do meu ex-marido morava aqui. Depois do casamento viemos morar aqui". Ela afirma que gosta de morar na vila e que sua relação com os vizinhos é maravilhosa, mas que já pensou em morar no Leme porque "na zona sul as condições de vida são melhores que aqui". Em relação ao lazer, ela afirma que não costuma sair de casa. A moradora dá nota 7 para os equipamentos e serviços públicos. " A saúde e a educação precisam melhorar. Falta ter um parquinho para as crianças brincarem".

A entrevistada afirma que as pessoas ficam apavoradas quando ela fala que mora em Vila Kennedy, "Nossa, você mora naquele lugar? Lá tem muita violência, mas, na verdade, todo lugar tá assim né". Ela afirma que nunca

perdeu uma oportunidade de emprego por morar no bairro e indica como liderança local a associação de moradores. Sobre as possibilidades de vida das crianças do território, ela acredita que “quem quer, corre atrás. É só estudar”. A moradora acredita que o baile funk da comunidade e o futebol são as potencialidades do território.

A entrevistada Amanda relatou não circular em determinadas áreas do território por medo de ocorrer uma troca de tiros repentina. “Quando eu quero comer um lanche, peço em casa ou meu filho vai buscar. Tenho medo de ficar parada na praça”. Entretanto, a moradora considera que a violência está em todos os lugares. Mesmo que nem todas as regiões do Rio de Janeiro sofram com a atuação de organizações criminosas, a insegurança no Rio de Janeiro é um fenômeno vivido por toda a população, mas em escalas distintas.

Podemos observar que o cotidiano, nas periferias especialmente, é de constante medo. O direito de ir e vir muitas vezes é negado para essa população. Ao longo da construção dessa pesquisa, alguns moradores sentiram medo de ter a gravação das suas entrevistas divulgadas, mesmo que na maioria dos casos a facção criminosa não tenha sido citada. Atualmente, em diversas ruas da Vila Kennedy, encontramos barricadas e pontos de venda de drogas com homens fortemente armados. Para entrar na região, os moradores, prestadores de serviços e visitantes motorizados precisam acender as luzes internas dos veículos para serem identificados.

Mesmo durante os anos de atividade da unidade de polícia pacificadora-UPP, os moradores conviviam com as ações violentas dos agentes de segurança e com os frequentes confrontos armados entre policiais e criminosos, demonstrando que a rotina da população não foi alterada nesse período. Por esses motivos, entendo que os moradores de periferia são mais expostos à violência no cotidiano, pois são reféns das leis impostas pelo crime organizado, e não encontram segurança nem mesmo dentro de suas casas.

h. Renata: Segurança não, mas o resto é tranquilo

A entrevistada mora na Vila Kennedy há 39 anos, "minha família veio da favela do esqueleto. Moramos aqui até hoje". Ela afirma que gosta de morar na vila e que sua relação com os vizinhos é boa, mas que gostaria de morar na Barra da Tijuca porque "É um lugar bonito, eu gosto de lá". Em relação ao lazer ela afirma que "na vila gosto de ir à praça com os meus amigos, e fora vou ao shopping e no cinema". Sua nota para os equipamentos e serviços públicos é 7; "segurança não, mas o restante é tranquilo". Ela indica que a segurança e a saúde são o que precisa melhorar no território: "às vezes a gente procura atendimento aqui e não tem, aí precisamos ir para outro bairro".

A moradora afirma que as pessoas ficam assustadas quando ela fala que mora em Vila Kennedy "começam a me encher de perguntas, querendo saber como é aqui", e que nunca perdeu uma oportunidade de emprego por morar no bairro. Sobre as possibilidades de vida das crianças do território, ela acredita que "se a mãe batalhar ela consegue dar um futuro legal". Em relação às lideranças locais, ela indica um antigo morador já falecido, Wilson Mello Santos (Zico), ex-presidente da associação de moradores das Malvinas. A clínica da família da região leva o nome dele, "O Zico era o único que batalhava", declara a moradora. Sobre as potencialidades do território, ela afirma não saber.

Chama atenção, na fala da entrevistada, a afirmação de que aspectos do bairro, como saúde, educação e saneamento, são satisfatórios, mas a segurança não. Como exemplificado em tópicos anteriores, a violência impacta no funcionamento pleno desses elementos no cotidiano, como por exemplo, prestadores de serviços que são impedidos de circular na região em determinados horários (Uber, Ifood, light, SAMU etc.), fechamento de comércios, escolas e postos de saúde durante confrontos, rotatividade e falta de profissionais nos serviços públicos e etc.

Considerações finais

Ao longo desta pesquisa, buscamos entender, a partir do contexto histórico, social e econômico brasileiro, a formação dos territórios periféricos, mais precisamente a criação e o desenvolvimento do conjunto habitacional Vila Kennedy. Através dos relatos dos moradores, foi possível delinear as ausências do poder público no território. As desigualdades vivenciadas por essa população são fruto das dinâmicas sociais geradas pelo capitalismo (o processo de produção e reprodução das relações sociais).

O Estado, responsável por atender às demandas capitalistas, constrói os centros urbanos com o intuito de agrupar elementos que possibilitem a valorização do capital (meios de produção, força de trabalho e velocidade na circulação de mercadorias), investindo na infraestrutura urbana. Para aqueles que não dispõem do poder de compra necessário para adquirir um imóvel nas regiões nobres da cidade (o trabalhador que não é dono dos meios de produção nem tampouco tem o direito de habitar onde a riqueza socialmente produzida está concentrada), resta a vida nas periferias, com acesso limitado a bens e serviços públicos. Essa distância exige que esses indivíduos, para terem acesso à infraestrutura pública integral, se submetam a longas viagens diariamente no transporte público, convivendo com a divisão do lugar de moradia/lugar de trabalho e lazer.

Os estigmas forjados através do racismo científico no passado, que sugere uma tendência criminal na população negra, foram recuperados nos anos 1960 para justificar as políticas de remoção do governo Carlos Lacerda (favela como patologia social - população não civilizada). A estigmatização é o mecanismo ideológico que legitima as ações dos agentes públicos na eliminação física e visual dos corpos periféricos, corpos majoritariamente negros (que não extinguiram-se com a miscigenação). No sistema de práticas racistas, as remoções tem como finalidade segregar a classe trabalhadora em guetos, limitando o acesso à cidade e reduzindo as possibilidades de melhoria das condições de vida.

A partir desta aproximação inicial com o objeto pesquisado, por intermédio dos relatos apresentados, podemos avaliar que alguns objetivos traçados no projeto do conjunto habitacional Vila Kennedy foram abandonados por seus idealizadores ao longo dos anos, como por exemplo a oferta de trabalho e melhor infraestrutura urbana. Logo a construção do conjunto não reverteu em melhorias significativas na qualidade de vida dos moradores provenientes do Morro do Pasmado e Favela do Esqueleto. Observamos que diversas reivindicações foram frequentemente expostas pelos entrevistados, mas a ausência do sentido de comunidade faz com que esses moradores não as reconheçam como coletivas.

Visando ultrapassar a perspectiva mercadológica do capitalismo, que não considera os indivíduos sujeitos de direito, creio que a mobilização popular é o caminho para que as demandas comuns dessa comunidade ganhem visibilidade e sejam atendidas pelo poder público, entretanto, julgo que este seja um problema estrutural associado a diversos fatores, logo apenas a mobilização popular não será capaz de diminuir as disparidades criadas no decorrer dos processos históricos, econômicos e sociais da sociedade capitalista. A resistência coletiva pode ser construída através da participação dos moradores nas associações de moradores ativas no bairro ou nas instituições da sociedade civil (ONGs, comunidades religiosas etc.).

A partir desses apontamentos, podemos concluir que as remoções foram elaboradas para beneficiar um projeto de cidade que favorece uma parte da população em detrimento de outra, podendo ser consideradas como tentativa de embranquecimento territorial. A segregação socioespacial no Rio de Janeiro é marcada pelo racismo estrutural, separando os que devem viver plenamente daqueles que devem morrer, limitando suas possibilidades de manutenção da vida. É fundamental que a sociedade discuta as ações praticadas pelo estado no controle dos corpos negros.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Luciene ; GOIS, G. B. ; FREITAS, G. A. ; SOUSA, M. G. O. S. . Serviço social e pesquisa científica: uma relação vital para a formação profissional. *Revista Katalysis* , v. 23, p. 81-89, 2020.

BRUM, Mario Sergio . Breve história das favelas cariocas: das origens aos Grandes Eventos. In: Rosemere Santos Maia. (Org.). *Rio REvisto de suas margens*. 1ed.Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, v. , p. 108-135

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 29 out. 2021.

CARDOSO, I. C. C. Espaço urbano, vida cotidiana e a dimensão pedagógica da práxis. In: PAZ, R.; DINIZ, T. (Orgs.). *Serviço Social e trabalho social em habitação: requisições conservadoras, resistências e proposições*. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

CARLOS, A. F. A. Segregação socioespacial e o “direito à cidade”. *Geosp – Espaço e Tempo (On-line)*, v. 24, n. 3, p. 412-424, dez. 2020. ISSN 2179-0892. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/177180>. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2020.177180>.

COSTA, R. G. D. ; RAFAEL, J. C. . Questão social e sua particularidade no Brasil: Imbricação entre patriarcado-racismo-capitalismo. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 77-93, jul./dez. 2021.

COTELO, F. C. ; RODRIGUES, J M . Favela e periferia como espaços de pobreza: estudo sobre a configuração urbana de metrópoles brasileiras. In: XI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2011, Natal. *Anais do IX ENABER*, 2011.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues. *Boletim do Museu Nacional: Antropologia*, n. 27, maio de 1978.

D’ANDREA, T. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 39, p. 19–36, 2020.

FERNANDES, Lenise. A Favela e o Direito à Cidade: desafios à integração democrática no século XXI. In *III Jornada Internacional de Políticas Públicas, Questão Social e Desenvolvimento no século XXI*, 1997, Maranhão. *Anais. Maranhão*: 2007. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoJ/bd7c591ba6b0641bb8bcLenise.pdf>

FRAGA, C. K. . A atitude investigativa no trabalho do assistente social. *Serviço Social & Sociedade* , v. 101, p. 40-64, 2010.

GÓES, Weber L. Racismo e eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl. São Paulo: Liber Ars, 2018. p.120-128.

GUIMARÃES, A. S. G. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. In: CEBRAP, *Novos Estudos*. N° 54. julho de 1999.

HELENO, Lizandra Rodrigues de Souza. No palco e no chão da Vila Kennedy: O Teatro Faria Lima / Mário Lago como espaço de disputas políticas e culturais no território que circula entre o "não-oficial" e a favela. 2017. [218 f.]. Dissertação(Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, [Seropédica - RJ].

KINGDON, John W. Como chega a hora de uma idéia. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. *Políticas Públicas - Coletânea Volume 1*. 2007. p. 219-224

KINGDON, John W. Juntando as coisas. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. *Políticas Públicas - Coletânea Volume 1*. 2007. p. 225-246

LORENA, E. R. . Classes e contradições no urbano capitalista: fundamentos de uma especificidade histórica. *Lutas Sociais (PUCSP)* , v. 29, p. 90-101, 2012.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. *Cadernos CRH*, Salvador, pp.29-47, jul.-dez, 1994b

NEGRI, S. M. . Segregação Sócio-Espacial: alguns conceitos e análises. *COLETÂNEAS DO NOSSO TEMPO*, Rondonópolis - MT, v. VII, n° 8, p. 129 a 153, 2008

OLIVEIRA, D. A. Gestão racista e necropolítica do espaço urbano: apontamento teórico e político sobre o genocídio da juventude negra na cidade do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu. *Anais do Copene Sudeste*, 2015.

RODRIGUES, L. G. Política de remoção e o estigma de favelado no Regime Autoritário (1960/70). XXIX Simpósio Nacional de História: contra os preconceitos: história e democracia, 2017.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos*. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA FILHO, F. C. O. ; MARIANO, C. M. . Fronteiras invisíveis e deslocamentos forçados: impactos da 'guerra' de facções na periferia de Fortaleza (Ceará, Brasil). REVISTA DIREITO E PRÁXIS , v. 1, p. 1, 2010.

SILVEIRA, LEONARDO SOUZA ; MUNIZ, JERÔNIMO OLIVEIRA . Variações intra e inter metropolitanas da desigualdade de renda racial. Cad. Metrop., São Paulo, v. 16, n. 31, pp. 265-289, jun 2014.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira – A Aventura Sociológica, Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p. 1-13

Anexo

Roteiro para entrevista

- 1- Identificação: nome, idade, sexo, estado civil...
- 2- Há quanto tempo mora em Vila Kennedy?
- 3- Por que morar em Vila Kennedy?
- 4- Como é sua relação com o bairro?
- 5- Como é sua relação com os vizinhos?
- 6- Já pensou em morar em outro bairro? Por quê? Qual?
- 7- Em relação ao lazer: o que você e sua família costumam fazer dentro e fora da vila?
- 8- Que nota você dá para os equipamentos e serviços públicos do bairro (saúde, educação, transporte, segurança, saneamento...)?
- 9- O que precisa melhorar?
- 10- Quando você diz que reside em Vila Kennedy qual é a reação das pessoas? Já perdeu alguma oportunidade de emprego por morar na Vila Kennedy?
- 11- Quais as possibilidades de vida você enxerga que uma criança tem em Vila Kennedy?
- 12- Você reconhece quais são as lideranças locais do território?
- 13- Você reconhece as potencialidades deste território?